



Comunicação oral: Eixo 03 - Políticas, Gestão e Avaliação Pós-LDBEN

POLÍTICAS E A GESTÃO DA EDUCAÇÃO: UM OLHAR SOBRE OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA

Petula Ramanauskas Santorum e Silva - UFSCar Sorocaba/SP*
Elidia Vicentina de Jesus Ribeiro - UFSCar Sorocaba/SP**

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de apresentar o andamento e os desdobramentos de pesquisa realizada sobre os Conselhos Municipais de Educação na Região Metropolitana de Sorocaba/SP realizada pelo GEPLAGE - Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação, do Programa de Pós-Graduação da UFSCar campus Sorocaba. O presente estudo consiste em reunir informações e relatar o percurso da segunda fase da pesquisa desenvolvida. Inicialmente apresentamos a pesquisa e seu propósito, num segundo momento relatamos os desdobramentos da pesquisa no contexto pandêmico devido ao COVID-19 e num terceiro momento relatamos experiências do grupo de pesquisadores e achados importantes.

Palavras-chave: Conselho Municipal de Educação. Região Metropolitana de Sorocaba/SP. Pesquisa acadêmica.

Introdução

Ao se pensar em políticas públicas e gestão da educação, é muito relevante olharmos para os Conselhos Municipais de Educação, que se caracterizam como órgão fundamental no que tange a participação da “sociedade civil na avaliação, definição e fiscalização das políticas educacionais, especialmente as relacionadas à ação pedagógica escolar, à legislação e aos mecanismos de financiamento, repasse e controle do uso das verbas da educação” (LIMA, 2017, p. 3).

É nesta perspectiva que ao utilizarmos os referenciais, buscamos ressaltar a imprescindibilidade do órgão que se tornou objeto desta pesquisa e que, como muitos dos diferentes autores, vêm discutindo sobre sua importância, sendo que muitos dos nossos achados confirmam o que já temos evidenciado: a necessidade de ampliar a discussão para

* Doutoranda em Educação pela UFSCar campus Sorocaba/SP, membro do GEPLAGE – Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação e supervisora de ensino na rede municipal de ensino de Sorocaba/SP.

** Doutoranda em Educação pela UFSCar campus Sorocaba/SP, membro do GEPLAGE – Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação e docente na área de Didática e Avaliação da Aprendizagem na Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG.



que a efetividade do Conselho Municipal de Educação seja de fato algo a ser construído na prática, cumprindo suas funções legais.

Uma das questões iniciais a ser destacada, refere-se às relações entre o colegiado, a sociedade civil e o Poder Executivo, as quais precisam ser consideradas pois é no município onde as políticas públicas são delineadas, implementadas e deveriam ser executadas adequadamente. Os direitos dos cidadãos devem ser debatidos e reivindicados pela sociedade, de forma representativa e paritária, portanto, faz sentido olhar para os Conselhos Municipais de Educação como um dos veículos de legitimação de uma sociedade democrática quando se pensa em educação socialmente referenciada.

Com esse entendimento, a pesquisa acadêmica desenvolvida buscou olhar para seu entorno, num trabalho árduo nos municípios da região metropolitana de Sorocaba, mediante coordenação do Prof. Dr. Paulo Gomes Lima vinculado ao PPGEd-So da UFSCar e com resultados da Sub-região 3 publicados inicialmente (2020a, 2020b, 2020c) e a continuidade da pesquisa publicada em periódico.

O propósito aqui é apresentar a pesquisa, sua relevância, seus desdobramentos iniciais e também no contexto pandêmico ocasionado pelo COVID-19 e as experiências vividas pelos pesquisadores envolvidos.

Os Conselhos Municipais de Educação da RMS: pesquisa em andamento

Desenvolvida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas “Estado, Política, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação” (GEPLAGE), liderado pelo Professor Dr. Paulo Gomes Lima, no campus da UFSCar Sorocaba no período de 2017 a 2021, a pesquisa “Os Conselhos Municipais de Educação da região Metropolitana de Sorocaba/SP e a gestão democrática: a educação socialmente referenciada, a participação e o exercício da cidadania”, na área da política e gestão da educação, tem o objetivo de analisar as iniciativas dos municípios da Região Metropolitana de Sorocaba (RMS), a partir de seus respectivos Conselhos Municipais de Educação, quanto ao planejamento e implementação da qualidade da educação socialmente referenciada entre devolutivas exitosas e contextos adversos à luz da previsão legal da gestão democrática com ênfase da participação e exercício da cidadania dos segmentos representados (UFSCAR, 2017).

Quanto ao escopo metodológico, a pesquisa em questão optou por abordagem qualitativa, utilizando as análises bibliográfica e documental. As devolutivas dos respondentes foram efetuadas por meio de entrevistas, conforme o número de conselheiros de cada município,



com a utilização de roteiro com questões semiestruturadas. Como desdobramento da pesquisa, seguiram-se os seguintes objetivos específicos: a) Analisar as atribuições de cada ente federativo (União, Estados e Municípios) na oferta e promoção da qualidade da educação socialmente referenciada, com ênfase no papel dos municípios; b) Identificar a realidade da consolidação ou não do Conselho Municipal de Educação de cada município da Região Metropolitana de Sorocaba, o seu papel na elaboração do Plano Municipal de Educação local e formas de acompanhamento, considerando a qualidade socialmente referenciada como ponto de recorrência e as categorias de participação e cidadania como eixos transversais. c) Discutir os fatores explicativos das iniciativas exitosas e contextos adversos do município considerando o seu rendimento no IDEB e o papel dos Conselho Municipal da Educação nesse processo quanto ao planejamento, implementação e acompanhamento da qualidade socialmente referenciada; e d) Explicitar pontos centrais da pesquisa quanto ao papel e atuação dos Conselhos Municipais de Educação para a melhoria e aperfeiçoamento da qualidade socialmente referenciada possível e que se deseja.

Buscando ser relevante e trazer devolutiva social à região em que a universidade pertence, a Região Metropolitana de Sorocaba foi eleita como *locus* da pesquisa. Situada no interior do Estado, mas ainda assim próxima a capital e de suma importância no contexto paulista, a RMS teve sua constituição oficializada por meio da Lei Complementar nº 1.241, de 08 de maio de 2014, alterada pela Lei Complementar nº 1.289, de 29 de junho de 2016, com a criação da Região Metropolitana de Sorocaba (RMS) e do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Sorocaba (EMPLASA, 2017), com a integração do município de Itapetininga à Região Metropolitana de Sorocaba, a qual encontra-se subdividida em 3 partes, sendo:

Sub-Região 1: Alambari, Boituva, Capela do Alto, Cerquilha, Cesário Lange, Jumirim, Sarapuí, Tatuí, Tietê e Itapetininga, município que foi incorporado à região após a sua institucionalização;

Sub-Região 2: Alumínio, Araçariguama, Ibiúna, Itu, Mairinque, Porto Feliz, Salto e São Roque;

Sub-Região 3: Araçoiaba da Serra, Iperó, Piedade, Pilar do Sul, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, Sorocaba, Tapiraí e Votorantim (EMPLASA, 2017).

O trabalho realizado primeiramente a partir da sub-região 3, entre os anos de 2017 e 2018, reuniu vinte pesquisadores, iniciando-se com estudos sobre o tema em questão, com base em diferentes referenciais, com orientações e estudos dos passos que seriam seguidos na pesquisa, sendo que houve um tempo dedicado à preparação dos pesquisadores, com leitura de bons referenciais e construção dos materiais que seriam a base de todo o trabalho.



Os pesquisadores elegeram os municípios pelos quais estariam responsáveis em realizar a pesquisa (de forma individual, duplas e em alguns casos em grupos de maior número), e iniciaram seus trabalhos. Como norteadores da pesquisa delinear-se três etapas, com as respectivas descrições do que deveria fazer parte em cada uma delas. A primeira etapa foi denominada “O Conselho Municipal de Educação: caracterização do município e estrutura organizacional”, tendo como premissa a pesquisa documental e bibliográfica; a segunda etapa, “Conselho Municipal de Educação: criação, implementação e gestão democrática”, onde a pesquisa documental e bibliográfica também foram preponderantes, mas algumas devolutivas dos respondentes também começaram a surgir; e a terceira etapa, “Conselho Municipal de Educação: qualidade, gestão democrática e participação na concepção dos conselheiros”, onde os relatos dos respondentes, analisados de forma qualitativa, fundamentaram os achados da pesquisa. Tais etapas resultaram três artigos de cada município, publicados em revistas eletrônicas - Ensaio Pedagógicos¹ e Laplage em Revista² - ambas de publicação da UFSCar, campus Sorocaba.

Como se percebe, cada uma das etapas vivenciadas tinham um foco metodológico específico: a primeira etapa focou na pesquisa bibliográfica, a partir dos estudos de autores que tratavam sobre o tema. A segunda etapa seguiu-se além da pesquisa bibliográfica, a documental, com base nas legislações vigentes em torno do CME e demais documentos como as atas de reuniões. E, por fim, a terceira etapa além, da metodologia utilizada nos artigos anteriores, focou nas entrevistas que foram realizadas aos conselheiros, buscando suas percepções quanto à efetivação da gestão democrática e sua relação com o poder executivo.

Nesse sentido, é importante destacar a relevância da pesquisa sobre os Conselhos Municipais de Educação da sub-região 3, já finalizada. Foram publicados, a partir desta pesquisa, artigos das três etapas conforme elucidado acima, de todos os municípios desta sub-região, que resultaram em três volumes de livros expostos pela editora CRV de Curitiba, no ano de 2020 e divulgação dos dados da pesquisa em apresentação no I Colóquios de Políticas e Gestão da Educação, da UFSCar/Sorocaba 2020, com o tema: "Os Conselhos Municipais de Educação e o exercício da Gestão Democrática", realizado, de 27 a 29 de maio de 2020, de forma online devido ao isolamento social, causado pela pandemia do Covid-19.

Destaca-se neste processo o resultado das discussões realizadas pelos membros do GEPLAGE, ao longo dos anos de 2016 a 2018, as quais provocaram vastas reflexões e produção de excelente material, em torno do tema gestão democrática no Conselho Municipal

¹ <http://www.ensaio pedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/issue/archive>

² <https://laplageemrevista.editorialaar.com/index.php/lpg1>



de Educação, relativos a sub-região 3 da RMS, evidenciando o amadurecimento dos pesquisadores e o conhecimento das concepções e percepções dos conselheiros dos colegiados, que ficarão disponíveis como material para novos estudos em torno de outros trabalhos a serem desenvolvidos no âmbito dos CME.

Finalizada a pesquisa da sub-região 3, os rumos para a pesquisa em torno das sub-regiões 1 e 2, iniciaram-se na sequência, ainda sob a coordenação do Prof. Dr. Paulo Gomes Lima, mas agora com a responsabilidade de organização pelas Doutorandas Professoras Petula Ramanauskas Santorum e Silva e Elidia Vicentina de Jesus Ribeiro, ambas do PPGE - UFSCar Sorocaba/SP, junto aos novos pesquisadores, seguindo os mesmos passos, com a proposta de realização das três etapas vivenciadas anteriormente. Iniciou-se o trabalho em agosto de 2019, com estudos dos referenciais, encontros mensais presenciais no campus da UFSCar-Sorocaba, ao longo do segundo semestre de 2019, o que auxiliou no repertório básico sobre o tema. Elaborou-se um cronograma de trabalho de realização da pesquisa e a indicação de cada pesquisador para cada um dos municípios das sub-regiões envolvidas. A primeira etapa transcorreu normalmente, sendo finalizada em dezembro do mesmo ano, com a socialização dos dados nas reuniões mensais do grupo e posteriormente, a publicação dos artigos resultantes da primeira etapa foi realizada na revista online *Ensaios Pedagógicos*, da UFSCar/ Sorocaba, volume 3, número Especial (setembro/dezembro de 2019).

Em março de 2020, durante o planejamento do início da 2ª etapa veio a pandemia ocasionada pela COVID-19³, e foi necessário reorganizar os trabalhos, de forma virtual, com distanciamento, momento que exigiu ainda maior organização, foco e direcionamentos metodológicos para superar os obstáculos que este novo momento trazia a todos nós.

Desdobramentos da pesquisa em meio a pandemia da COVID-19

No início do ano de 2020, o desenvolvimento da pesquisa e o planejamento dos Colóquios seguiam o cronograma, e na segunda etapa de desenvolvimento da pesquisa, o grupo foi dividido para equacionar as demandas: organizar o I Colóquios e continuar a pesquisa nos demais municípios (Sub-regiões 1 e 2), porém o cenário mundial mudou com a chegada da

³ A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. Esse vírus é capaz de provocar infecções que afetam o sistema respiratório, de modo que pode facilmente ser confundida com uma gripe ou resfriado. É uma doença grave e potencialmente fatal, sendo fundamental prevenir-se dela e evitar sua transmissão para outras pessoas. A doença ainda é nova, mas o que já se sabe é que as principais medidas para se evitar o contágio é o isolamento social, higiene das mãos e a vacinação que vem sendo ministrada no Brasil e em todo o mundo mas que, ainda são ineficientes para conter o contágio, devido ao número reduzido de vacinas para toda a população.

pandemia da COVID-19. Houve a necessidade de replanejar e flexibilizar as ações e o cronograma proposto diante do novo e inesperado contexto.

Sendo as primeiras descobertas da pesquisa de grande relevância para a região, as mesmas foram compartilhadas na realização do evento “I Colóquios de Políticas e Gestão da Educação” (ANAIS CPGE, 2020), com tema “Os Conselhos Municipais de Educação e o exercício da gestão democrática”, realizado pelo GEPLAGE nos dias 27 a 29 de maio de 2020, no município de Sorocaba/SP, sendo uma de suas prerrogativas prestar devolutiva social e oportunizar aos Conselhos e conselheiros municipais de educação um espaço para aprendizado, formação, crescimento e discussão. O evento que inicialmente havia sido planejado para ocorrer presencialmente teve seu formato alterado para um modelo virtual.

O desenvolvimento da pesquisa não parou, porém devido à instabilidade e incerteza do momento, a evolução da pesquisa se deu com certo grau de dificuldade. Muitos municípios não possuem um site adequado com arquivo virtual de legislações, dados e informações, dificultando a obtenção de dados. Também muitas Secretarias de Educação e os próprios Conselhos Municipais de Educação não possuem sites, o que dificulta extremamente o acesso para pesquisa documental. Diversos pesquisadores precisaram requisitar pessoalmente nas repartições públicas (Prefeituras ou Secretarias de Educação) mediante protocolo, os documentos em via física, impressa, esperando longos períodos para obtenção dos mesmos, e quando estes chegavam, muitas vezes estavam incompletos.

Com o passar do tempo, as dificuldades aumentaram: o distanciamento social e fechamento temporário de algumas repartições retardou a coleta de dados e entrevistas, e o cronograma que se encerraria em 2020 precisou se estender até 2021. Transcorreram-se muitas adversidades: de obstáculos operacionais para o desenvolvimento da pesquisa até situações pessoais de enfermidade de vários pesquisadores e/ou seus familiares, incluindo perdas. Mas há de se destacar também a seriedade e perseverança do grupo de pesquisadores, que buscando novas alternativas, se reinventou e deu continuidade aos trabalhos de diversas formas: realização de evento digital, reuniões e entrevistas virtuais, uso da ferramenta *Google Classroom*, gravações, transmissões, grupos de *WhatsApp*, reorganização de tarefas, apoio e fortalecimento em momentos cruciais, parceria e muito comprometimento, dedicação e superação individual e coletiva.

Com os artigos desta etapa finalizados, após reformulação do calendário e o esforço coletivo em auxiliar aos pesquisadores que tiveram maiores obstáculos, foram realizadas duas publicações, volume 4, número 2 (maio/agosto de 2020) e número 3 (setembro/dezembro de



2020), com 9 artigos em cada um, pela revista online Ensaios Pedagógicos, UFSCar/Sorocaba.

No presente ano de 2021, iniciou-se o trabalho com a terceira etapa da pesquisa que envolve prioritariamente a realização de entrevistas, pois trata-se da compreensão das concepções dos conselheiros em torno da gestão democrática no interior do CME e a relação com o Poder Executivo e a articulação com a sociedade em busca da qualidade social da educação. Um momento muito desafiador, pois os índices de mortes causados pela pandemia da COVID-19 atingem neste momento a Região Metropolitana, principalmente o município de Sorocaba, de forma bastante assustadora⁴, da mesma forma que os demais locais da nação brasileira, e mesmo com a vacinação que iniciada em 17/01/2021 (e ocorrendo de forma lenta e escalonada), exigem-se ainda muitos cuidados sanitários e isolamento social. As maneiras utilizadas para acessar aos conselheiros para o agendamento de entrevistas têm sido realizadas de forma online mediante ferramentas de chamadas de vídeo, por telefone e por e-mail, no entanto, alguns pesquisadores têm assinalado muitas dificuldades e obstáculos.

Apesar das intempéries para essa terceira etapa, em alguns municípios já foram iniciadas as entrevistas, sendo que em outros municípios, estas encontram-se em andamento e a expectativa é que a terceira seja concluída com êxito em julho de 2021, encerrando o ciclo de pesquisa sobre os Conselhos Municipais de Educação nos 27 municípios da RMS, o que demonstra uma excelente contribuição de material teórico sobre o tema para futuras pesquisas.

Experiências no campo de pesquisa e achados relevantes

O primeiro ponto a ser destacado é o número de pesquisadores envolvidos no trabalho desde o início de 2017 e o nível de pesquisa acadêmico envolvido. Abaixo, demonstramos nas Tabelas 1 e 2, o número de pesquisadores e o nível da pesquisa junto à academia.

Quadro 1 - Número de pesquisadores envolvidos

Sub-Região da RMS	Número de Pesquisadores envolvidos
Sub-região 1	11

⁴<https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2021/04/01/com-357-mortes-por-covid-sorocaba-fecha-marco-com-letalidade-maior-do-que-no-pior-mes-da-pandemia-em-2020.ghtml>

<http://www.sorocaba.sp.gov.br/coronavirus/informativo/informe-epidemiologico-11-04-2/>



Sub-região 2	12
Sub-região 3	20

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Importante ressaltar que dos pesquisadores elencados, vários realizaram pesquisa em mais de um município.

Quadro 2 - Nível acadêmico das pesquisas com o tema de CME da Região Metropolitana de Sorocaba

Municípios da RMS	Sub-região	Nível acadêmico de realização da pesquisa
Sorocaba	3	Mestrado (concluída)
Ibiúna	2	Mestrado (em andamento)
Itapetininga	1	Doutorado (em andamento)
Porto Feliz	2	Doutorado (em andamento)
São Roque	2	Mestrado concluído

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Até o momento, a pesquisa encontra-se com o seguinte panorama: Sub-região 3 concluída totalmente e, em relação à pesquisa nos municípios das Sub-regiões 1 e 2, com a exceção do município de Cerquilha, da Sub-região 1, todos os demais municípios tiveram a pesquisa sobre CME iniciada.

Entre os principais elementos de destaque, enumeramos os tópicos abaixo por meio de categorias, na tentativa de apresentar alguns achados atuais da pesquisa. É importante

ressaltar que os itens c, d, e, f e g⁵, são relacionados exclusivamente aos resultados da pesquisa em nível da sub-região 3, concluída.

a) Sobre o Sistema Municipal de Educação constituído no município.

Neste sentido, destacamos o artigo 11 da LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.694/96, que, em seu parágrafo único, determina que: “Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema de educação básica” (BRASIL, 1996). Ao olhar para os municípios da Região Metropolitana de Sorocaba (RMS) observa-se que na Sub-região 3, pesquisa já concluída, apenas os municípios São Miguel Arcanjo, Tapiraí e Araçoiaba, não contavam com sistema de ensino próprio, à época da finalização da referida pesquisa. E nos municípios em fase de pesquisa, sub-regiões 1 e 2, muitos deles já aparecem como Sistema Municipal de Educação (SME) formalizados, outros em fase de implantação.

Embora desde 1996, o Sistema Municipal de Educação, consta como dispositivo legal, de acordo com Bordignon,

A criação dos sistemas de ensino se enraíza profundamente no processo político da construção da democracia e consolidação do regime federativo e pela gradativa afirmação da autonomia, vale dizer, da cidadania das unidades federadas. (Bordignon, 2009, p. 23)

Portanto, o Conselho Municipal de Educação deveria ser o órgão que fomentaria, trazendo os questionamentos necessários, reforçando as reflexões em torno do tema, para que as mobilizações necessárias ocorressem de forma a consolidar este instrumento importante de desenvolvimento da autonomia nos municípios em termos de educação pública.

b) Sobre a existência do Conselho Municipal de Educação.

Todos os municípios pesquisados da Região Metropolitana de Sorocaba - RMS em diferentes momentos, contemplaram com a criação do Conselho Municipal de Educação. Nas pesquisas, encontramos diferentes datas, entre 1995 e 2013, sendo que, a grande parte dos CMEs foram instalados após a promulgação da Lei nº 9.394/96, que consta entre os seus artigos de 8º a 11º, as formas do regime de colaboração no dispositivo legal. Observa-se uma corrida dos municípios nesta direção, para atender aos reclamos legais.

c) Sobre a representatividade dos segmentos no CME.

⁵ Nesse caso, os itens referem-se à percepção dos conselheiros do CME, conteúdo da terceira etapa da pesquisa, que foi concluída somente na sub-região 3, sendo que nas sub-regiões 1 e 2, encontram-se em andamento.



Analisando a composição e representatividade dos CMEs pesquisados, há uma diversidade na determinação do número de pessoas que compõem e representam o colegiado. Essa definição se dá de acordo com a lei de criação de cada município. De forma geral, os conselhos são compostos por profissionais da educação das redes municipais, estaduais e particulares, representantes de universidades, conselho tutelar, entre outros. Os pesquisadores verificaram que nem todos os colegiados contam com representantes de pais e alunos e outros membros da comunidade, ficando de fato, a participação um tanto prejudicada, pois, nem sempre acabam chegando ao CME as demandas da sociedade, por meio de seus representantes.

d) Sobre o princípio de gestão democrática e qualidade socialmente referenciada

Sobre o princípio da gestão democrática, observa-se que em termos legais há a previsibilidade, no entanto, para que espaços que se propõe a serem democráticos o sejam de fato, é necessário o enfrentamento de tensões e conflitos, com a presença de resistências, embates, negociações no encaminhamento de demandas sociais em colegiados em que a autonomia e a participação são elementos preponderantes, com base em Almenara e Silva (2017). Aliado à questão da qualidade “socialmente referenciada”, faz-se necessário pensar a educação na ótica da formação humana, com a consciência das limitações e contradições e as buscas para superá-las.

Segundo as autoras Castilho e Castilho (2017), é necessário um passo a mais, no sentido de se garantir a participação social de forma a ser construída em termos culturais e sociais, pois a gestão democrática está associada à qualidade socialmente referenciada, sendo referência aos municípios e às demandas sociais da comunidade e, com relação ao município de Piedade, as autoras, Rueda e Santos (2017), identificaram passos importantes tomados pelo colegiado os quais auxiliam transpondo algumas barreiras e se colocando próximo à comunidade a fim de promover a gestão democrática.

De forma geral, o que os pesquisadores encontraram é que há que se ressignificar o conceito de gestão democrática, pela busca pela qualidade socialmente referenciada, seguindo o que se encontra definido nos dispositivos legais, na organização das ações do colegiado.

e) Sobre a participação da comunidade nos encaminhamentos do CME

Alguns dos achados dos pesquisadores sobre as concepções dos conselheiros dos CME da sub-região 3 da RMS, consiste em identificar o quanto é deficitário o processo de gestão democrática, discutido no item anterior e participação da sociedade no colegiado, uma vez que, conforme Melo e Santos (2018), nas plenárias do CME, as participações restringiam



muitas vezes em apenas validar o interesse do poder público, o que causa angústia e descrença em seus membros.

O que as autoras se referem é justamente sobre a conquista da autonomia que deve ser a meta do CME de um município em relação ao Poder Executivo, pois as decisões devem resultar das discussões do colegiado a partir da análise de determinada realidade educacional e não, atender às necessidades políticas do órgão executivo. O CME deve se caracterizar como um canal de comunicação entre a sociedade e suas demandas e o Poder Executivo, sendo ouvidos em suas sugestões, tornando-se um eixo importante da gestão democrática, em que ambos, o Poder Público e a sociedade são responsáveis.

f) Sobre os instrumentos de gestão democrática no interior do CME

Dos nove municípios da sub-região 3 pesquisados, entre os achados, encontramos variações nas concepções dos conselheiros no que tange aos instrumentos de gestão democrática no interior do conselho e seu relacionamento com o Poder Executivo. Conforme Lima (2020c, p.12) defende, “um projeto democrático de educação para uma Estado ou município deve, sobretudo, reunir instrumentos e estratégias para a mobilização e participação ativa dos representantes e representados”, o que se espera encontrar é que o CME se mobilize e encontre a sua autonomia no sentido de ampliar os espaços de discussão e de decisões, para que a sociedade garanta sua participação nos rumos da educação do município de forma consciente e construtiva.

Nas análises dos pesquisadores, há falta de diálogo entre o órgão colegiado e o Poder Executivo, sendo que este deveria ser um canal de comunicação para facilitar e promover a participação. Outros pesquisadores perceberam que a autonomia se caracteriza como instrumento que se encontra em processo de construção e de busca de consolidação nas ações do CME junto à comunidade e que alguns enfrentamentos devem ocorrer, para superar os obstáculos que se apresentam a fim de conquistar a democracia, ainda que de forma incipiente.

Um dos pontos analisados pelos pesquisadores foi a existência ou ausência de reuniões periódicas do CME, agendadas, divulgadas para a comunidade, apresentando-se como transparência ou não da divulgação de suas ações, sendo um instrumento relevante na organização do trabalho do colegiado, com vistas à construção de caminhos para a consolidação da gestão democrática.

g) Sobre as estratégias de gestão democrática



Algumas estratégias de gestão democrática foram identificadas, tais como: Fórum Permanente Municipal de Educação, em relação ao CME de Sorocaba, conforme Almenara e Silva (2018), em outras situações identificou-se que as estratégias precisam ser aprimoradas. Nesse sentido, encontramos elementos que demonstram que algumas poucas demandas chegam ao CME, mas, que muitas vezes não são discutidas ou encaminhadas, o que fragiliza os processos de implementação da gestão democrática.

Por outro lado, Castilho e Castilho (2018) identificaram nas concepções dos conselheiros preocupações em relação à falta de transparência nas decisões do colegiado e que é necessário maior divulgação em relação às datas de realização das reuniões e das ações do CME. De forma geral, o que se percebe é que não há incentivo à gestão democrática, que a comunidade não é chamada a participar, embora sua existência seja garantida por meio de dispositivo legal. Pois conforme artigo 14 da LDB,

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Dias (2018) afirma que há a necessidade de criar e consolidar alguns mecanismos e estratégias para que haja avanços quanto à participação política, a fim de ampliar a aproximação com a comunidade e considerar que com a não participação da população nos processos democráticos, a qualidade socialmente referenciada da educação no município acaba por prejudicada.

Experiências do grupo de pesquisadores

Na segunda fase da pesquisa, o ponto de destaque são as dificuldades que os pesquisadores enfrentam para obter informações, que deveriam ser publicizadas a toda sociedade. Não há transparência, ou rigorosidade e sistematização no registro das informações advindas dos CMEs, com raras exceções. Garrido, Silveira, Dias e Angelini (In: LIMA, 2020b, p. 163) relatam que, no município de Salto de Pirapora/SP,

a efetivação e registros por meio de Atas é assunto nebuloso, uma vez que, feito o levantamento junto ao C.M.E. da cidade e ainda da Secretaria Municipal de Educação e não se obteve acesso a qualquer indício de sua instalação e funcionamento entre o ano de 1996 até o ano de 2013. Somente em 14 de Outubro de 2013, por meio do Decreto Municipal nº 5975/2013 (SALTO DE PIRAPORA/SP, 2013a) aparece a composição e nomeação dos membros do Conselho Municipal de Educação.



Um entrave enfrentado pela grande maioria dos pesquisadores foi que nem ao menos as legislações dos CMEs estão disponíveis na internet. Não se encontram leis, nomeações, atas ou outros dados. Kayaki e Martins expõem que

Diante da análise em campo, observou-se que não há divulgação em mídias e endereços eletrônicos das decisões do Conselho, limitando e/ou impedindo a sociedade ao acesso às informações das pautas realizadas, inclusive para efeito de pesquisa, como esta que ora se socializa, uma vez que foi dificultado o acesso dos pesquisadores aos documentos do C.M.E. de Tapiraí/SP, bem como às atas das reuniões ordinárias e extraordinárias e Regimento Interno, o que caracteriza o não cumprimento à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12527/2011, art.3º, Inciso II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações), que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal (BRASIL, 2011) (In: LIMA, 2020b, p. 158).

E no município de Araçoiaba da Serra, Dias e Estevam (In: LIMA, 2020b, p.179) esclarecem que

A coleta dessas informações, se deu pessoalmente pelas pesquisadoras, no prédio da Secretaria de Educação, tendo em vista que o C.M.E. não possui um canal de comunicação próprio, como sites, blogs ou redes sociais em que divulguem à população suas ações, deixando de cumprir com o princípio da publicidade a que estão submetidos os órgãos públicos, conforme previsto na Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011 (BRASIL, 2011).

Em Tatuí, as informações sobre o conselho são restritas ao ambiente interno da Secretaria Municipal de Educação, conforme Barreto (2020, p. 65 e 67),

O não acesso às atas oriundas reuniões do conselho se apresentou como entrave no percurso deste trabalho, a questão que se evidencia em termos conjunturais na estrutura do conselho em relação às legislações que orientam a educação no município, a arquitetura do CME bem como sua criação parecem estar dentro dos princípios que orientam a educação, porém percebe - se possíveis irregularidades em ações não publicizadas da forma instituída, por exemplo a composição do CME.

Mairinque disponibilizou as informações por correio eletrônico, na pessoa da presidente do CME (ARRUDA, 2020, p. 53) mas Arruda registra sua dificuldade para acessar outros dados

Em virtude dos problemas relacionados a pandemia do novo coronavírus e da morosidade de alguns processos para acesso de informação não foi possível, até o momento da finalização deste artigo, encontrar dados precisos que apontassem para respostas mais coerentes e objetivas a algumas das questões levantadas (p.56).

E Silveira registra que em São Roque,

[...] não há divulgação nas mídias ou em endereços eletrônicos das decisões do conselho, o que certamente impossibilita o acesso às informações dos encaminhamentos do conselho à sociedade. Notadamente, outro ponto a se

destacar é que as datas, horários e locais das reuniões são divulgados tão somente aos membros do conselho, o que certamente impede a participação da comunidade (SILVEIRA, 2020, p. 93).

Sobre sítio na internet, apenas o CME de Sorocaba possui domínio específico do CME, conforme Almenara e Silva (In: LIMA, 2020b, p.36) “o Conselho Municipal de Educação de Sorocaba/SP (CMESO) possui um site – www.cmeso.org que contém informações a respeito da sua constituição e ações”, porém embora haja uma vasta quantidade de informações e arquivos, a alimentação das informações demora certo tempo.

Considerações finais

Este trabalho teve o objetivo de apresentar o andamento e os desdobramentos de pesquisa realizada sobre os Conselhos Municipais de Educação na Região Metropolitana de Sorocaba/SP realizada pelo GEPLAGE - Grupo de Estudo e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação, do Programa de Pós-Graduação da UFSCar campus Sorocaba. O presente estudo reuniu informações da pesquisa e relatou o percurso da segunda fase da pesquisa desenvolvida. Apresentamos a pesquisa e seu propósito, relatamos os desdobramentos da pesquisa no contexto pandêmico devido ao COVID-19 e finalizamos com as colocações e experiências do grupo de pesquisadores e achados importantes no decorrer deste trabalho. Sabemos que o tema não se esgota aqui, e existem muitas nuances a serem contempladas em estudos e tempos posteriores dada a complexidade do assunto e relevância dos diversos desdobramentos possíveis dentro da temática.

Referências

ALMENARA, G.V.R.; SILVA, P.R.S., Conselho Municipal de Educação de Sorocaba/SP: qualidade, gestão democrática e participação na percepção dos conselheiros. *Laplage em Revista (Sorocaba)*, vol.4, n.3, set.-dez. 2018, p.7-27. Disponível em:

<http://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/view/549/773>. Acesso em 06 jun.201.

ALMENARA, G.V.R.; SILVA, P.R.S., O Conselho Municipal de Educação de Sorocaba/SP: caracterização do município e estrutura educacional. *Revista Ensaios Pedagógicos (Sorocaba)*, vol. 1, n. 3, set./dez. 2017. Disponível em:

<http://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/43>. Acesso em: 09 abr. 2021.

ANAIS CPGE. I Colóquios de Políticas e Gestão da Educação. Tema: Os conselhos municipais de educação e o exercício da gestão democrática. Disponível em:

<https://doity.com.br/i-coloquio-de-politica-e-gesto-da-educao/blog/anais> Acesso em: 27 jan. 2021.



LIMA, P.G. Conselhos municipais de educação: criação, implementação e desdobramentos. Vol.2. Curitiba: CRV, 2020b.

LIMA, P.G. Conselhos municipais de educação: qualidade, gestão democrática e participação na percepção dos conselheiros. Vol.3. Curitiba: CRV, 2020c.

MELO, E.P.C.B.N. e SANTOS, J.M.O. Conselho Municipal de Educação de Pilar do Sul/SP: qualidade, gestão democrática e participação na percepção dos conselheiros. Laplage em Revista (Sorocaba), vol.4, n.3, set.-dez. 2018, p.54-74. Disponível em: <http://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/view/552/776>. Acesso em: 06 jun. 2019.

RUEDA, J. L.; SANTOS, J. M. O. O Conselho Municipal de Educação de Piedade/SP: caracterização do município e estrutura educacional. Revista Ensaios Pedagógicos v. 1, n. 3, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/47>. Acesso em: 09 abr. 2021.

SILVEIRA, V.S. O Conselho Municipal de Educação de São Roque/SP: criação, implementação e gestão democrática. Ensaios Pedagógicos (Sorocaba), vol.4, n.3, set.-dez. 2020, p.83-94. Disponível em: <http://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/235/248> Acesso em: 21 jan. 2021.

UFSCAR. GEPLAGE. Os conselhos municipais de educação da região Metropolitana de Sorocaba/SP e a gestão democrática: a educação socialmente referenciada, a participação e o exercício da cidadania. Projeto de Pesquisa. 2017. Não disponível on-line.

Sua participação e apresentações de trabalhos abrilhantaram o ii colóquios de políticas e gestão da educação

ESPERAMOS VOCÊS NO III COLÓQUIOS DE 24 A 27 DE MAIO DE 2022.

2022

III COLÓQUIOS DE POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO ONLINE

Planejamento educacional em debate: políticas públicas e desafios



24 a 27 de maio de 2022

Presenças confirmadas:

- Profa. Dra. Elisângela Alves da Silva Scaff - UFRR
- Maria Alice de Miranda Aranda - UFGD;
- Profa. Dra. Selma de Carvalho Fonseca - UNASP
- Palestrantes internacionais a confirmar



MINHA AGENDA:

2022 VOU PARTICIPAR DOS COLÓQUIOS UFSCAR SOROCABA ONLINE

Informações: geplageufscar@gmail.com

Comissão Organizadora III Colóquios

<https://doity.com.br/iii-coloquios-de-politicas-e-gestao-da-educacao>